

Notas sobre o esquecimento e a ferida exposta no poema “Recostura”, de Marcelo Mário de Melo

Notes on forgetting and the wound exposed in the poem “Recostura”, by Marcelo Mário de Melo

Elias de Oliveira Lima Junior¹

Nelson Martinelli Filho²

Resumo: Neste artigo, pretende-se esboçar uma reflexão acerca do poema “Recostura”, de Marcelo Mário de Melo, em diálogo com eventos recentes do Brasil, no intuito de evidenciar os abusos do esquecimento coletivo e suas implicações sociais e políticas, com efeitos na produção literária contemporânea. Nesse sentido, opera-se um importante movimento da literatura em direção à retomada da memória do passado recente brasileiro, em especial o contexto da ditadura militar (1964-1985). A interpretação do poema se dará na direção da política da *desmemória* no Brasil e na sustentação ideológica por via amnésica. Nesta reflexão, busca-se também fazer uma análise da ferida subjetiva e coletiva a partir da “dor latente” e da “dor exposta” escrita nos versos do poeta, além de entender a relação de identificação de uma parte do povo brasileiro com figuras públicas notadamente autoritárias. Para essa reflexão, será acionada a teoria da literatura de testemunho, bem como o pensamento de Paul Ricoeur e sua fenomenologia, em *A memória, a história, o esquecimento*.

Palavras-chaves: Autoritarismo; Poemas do cárcere; Memória; Esquecimento; Ditadura militar brasileira.

Abstract: In this article, we intend to outline a reflection on the poem “Recostura”, by Marcelo Mário de Melo, in dialogue with recent events in Brazil, in order to highlight the abuses of collective forgetting and its social and political implications, with effects on the production contemporary literature. In this sense, there is an important movement in literature towards the resumption of the memory of the recent Brazilian past, especially the context of the military dictatorship (1964-1985). The interpretation of the poem will take place in the direction of the policy of *dememory* in Brazil and in the ideological support through amnesia. In this reflection, we also seek to analyze the subjective and collective wound from the "latent pain" and "exposed pain" written in the poet's verses, in addition to understanding the relationship of identification of a part of the Brazilian people with public figures notably authoritarian. For this reflection, the theory of testimonial literature will be activated, as well as the thought of Paul Ricoeur and his phenomenology, in *Memory, history, oblivion*.

Keywords: Authoritarianism; Poems from the Prison; Memory; Forgetfulness; Brazilian military dictatorship.

¹ Acadêmico de Letras Língua Portuguesa no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), e-mail: eliasoliveiralimajunior@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8431-1351>

² Doutor em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes - PROFLETRAS/PPGEH) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGL/Ufes). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, e-mail: nelsonmfilho@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6956-5400>

A desmemória descostura o fio da história

Aleida Assmann, em seu livro *Espaços de Recordação*, afirma que o passado obscuro da história permanece estranho e inacessível, e que a história “não se mede mais conforme o que se conservou, mas conforme o que se perdeu”, acrescentando que “o que chega da história até nós não é mais que um farrapo miserável” (ASSMANN, 2011, p. 224). Partindo do pressuposto de que a história se dá (e se deu) por tensões, disputas, conflitos e guerras, há narrativas sempre em construções no debate político/público, como também no espaço acadêmico, sobre o passado de seu povo. Na contramão da literatura canônica, a literatura de testemunho entra na cena editorial, em grande expansão nos últimos anos, para disputar a narrativa tradicional literária (e também a narrativa histórica oficial), isto é, para produzir uma contranarrativa, ou a narrativa dos derrotados, dos torturados, dos silenciados, dos que foram mortos sem justiça, dos excluídos do poder. Nesse sentido, Jaime Ginzburg acrescenta que “o estudo do testemunho articula estética e ética como campos indissociáveis de pensamento” e que ela se caracteriza especificamente pela “conexão direta dos textos com a defesa de direitos civis, em contrariedade aos autoritarismos institucionais” (2011, p. 20).

É nesse contexto de disputas de narrativas que a interpretação da produção poética do ex-presos político Marcelo Mário de Melo se faz precisa. Nascido em Caruaru (PE) e crescido em Recife, o poeta e jornalista tem oito livros publicados, incluindo, além de poesia, textos políticos e jornalísticos, frequentemente sob a tinta do humor. Marcelo Mário de Melo iniciou sua militância política aos 17 anos, filiando-se ao PCB, e foi preso entre 1971 e 1979. Da experiência política Melo tem feito matéria para forma e conteúdo de seus poemas, em diálogo permanente com a história e a política do Brasil. Nesse sentido, a literatura produzida por Melo viabiliza um *testemunho* dos anos de chumbo e da permanência do autoritarismo em tempos democráticos. É na perspectiva do testemunho que incide o impacto de “Quem o fará?” (2012, p. 115), repetindo-se quase como um lema da resistência poético-política:

QUEM O FARÁ?

Purgar os erros
lembrar os mortos
fecundar os sonhos
festejar as vitórias.

Se não fizermos isto

pela nossa causa
quem o fará?

Entre os temas abordados nos poemas de Melo, a experiência do cárcere político e da luta contra a ditadura militar ocupam um lugar especial de debate, não apenas pelo grande número de poemas que abordam o tema, mas fazendo parte do próprio projeto do livro, da elaboração gráfica aos paratextos, como observamos na dedicatória de *Os colares e as Contas: Poemas Políticos* (2021):

Aos presos políticos mortos e desaparecidos nos porões da ditadura civil-militar de 1964.

Aos que persistem na luta pela abertura dos arquivos ditatoriais e para que a verdade histórica se imponha sobre a mentira e a meia verdade.

Aos que se mantêm à esquerda e socialistas depois dos 60 anos.

Aos jovens que se revoltam por mais oportunidades, contra os desníveis de renda e os desníveis de mando, o preconceito, a discriminação e a injustiça.

Aos que se dão as mãos na ciranda contra a fome, o raquitismo político, a subnutrição cultural e a corrupção visceral.

A Jacob Gorender, Dom Tomaz Balduino, Monge Marcelo Barros, Bruno Maranhão.

À união dos proletários de todo o mundo (MELO, 2021, p. 3).

O compromisso poético-político de Marcelo Mário de Melo tenciona incisivamente o trabalho de memória, como se nota em “Recostura”, publicado em *Adversos resistentes* (2019), cujos poemas “foram escritos, na maioria, antes do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, ante a lamentável certeza do resultado eleitoral que ocorreu e antecipando a resistência poético-política” (2019, p. 9). O fio central de “Recostura” perpassa o esquecimento como forma de apagamento daquilo que é indesejável oficialmente e que não deve ser lembrado ou lembrado em nome de uma “memória feliz, apaziguadora”, nos termos de Paul Ricoeur, para gerar um clima coletivo de “bem-estar social” e de orgulho nacionalista.

RECOSTURA
*A Geraldo Menucci (PE),
maestro, exilado político
e combatente contra a
ditadura de 1964*

Muitos gigas

em desmemória
 descosturam
 o fio da história
 des-contando
 o acontecido.
 Fio rompido
 mal tecido
 faz o manto
 que encobre
 dor latente
 dor exposta.
 Resta então
 rasgar o manto
 e refazer a costura.

(MELO, 2019, p. 72)

Em 14 de seus 15 versos, o poema se mantém num esquema rítmico de extensão constante, entre 3 e 4 sílabas, em especial nos seis primeiros, formando um núcleo de repetição: 3/4/3/4/3/4. Num segundo agrupamento, entre os versos 7 e 12, um novo núcleo se forma, como um *continuum* de 3 sílabas. Já no terceiro e último conjunto, do verso 13 ao verso 15, temos um crescente na métrica, 3/4/7, finalizando com o maior verso do poema, que destoa dos anteriores. O quadro 1 pretende dar visualidade a essa estrutura poética:

Quadro 1 – Organização dos versos de “Recostura”

Muitos gigas em desmemória descosturam o fio da história des-contando o acontecido.	3 4 3 4 3 4	Núcleo 1
Fio rompido mal tecido faz o manto que encobre dor latente dor exposta.	3 3 3 3 3 3	Núcleo 2
Resta então rasgar o manto e refazer a costura.	3 4 7	Núcleo 3

Fonte: Elaboração própria

Os três núcleos detectados no poema operam distintos percursos na trama da memória. O núcleo 1, com sua cadência variada, parece colocar em dois planos, assim como nas duas extensões dos versos, a relação com a história: memória e desmemória, costura e descostura, contar e des-contar, pares morfológicos, pares semânticos e pares estruturais na versificação e no esquema de rimas toantes e consoantes, gigas/acontecido, desmemória/história, além do par descosturam/des-contando, que se assemelha no processo de formação das palavras. Para além de um mero jogo linguístico, temos a relação essencial entre memória e esquecimento, que formam um conjunto constitutivo no discurso da história.

O segundo núcleo, de ritmo e extensão regulares, “rompido” com a dialética do primeiro, deixa sobressair o manto encobridor que monopoliza o discurso. Numa relação entre forma e conteúdo, o manto também encobre o verso de 4 sílabas, restando apenas uma perspectiva monocentrada. No terceiro e último núcleo, contudo, a ruptura do manto ocorre no mesmo momento em que é possível dar retorno ao tetrassílabo. O fechamento do poema, num verso que chama a atenção por sua extensão destoante de 7 sílabas, *refaz a costura do poema, do tecido poético*, unindo os eixos métricos de 3 e de 4 sílabas dos versos anteriores num novo fio heptassílabo. O efeito da elaboração de “Recostura” dá a ver o impacto do texto poético também na *reescrita* da história.

Em *A memória, a história, o esquecimento* (2007), Paul Ricoeur afirma que “lembrar não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa”, acrescentando que “o que esse verbo (lembrar) designa é o fato de que a memória é ‘exercitada’” (2007, p. 71). A literatura de testemunho, nessa perspectiva, viabiliza “criar imagens”, criar uma memória por meio da arte da palavra para contrapor os discursos mnemônicos nacionalistas de um passado glorioso e heroico e para dar corpo textual e simbólico àquilo que foi tratado como resto, dejetado e rejeito da história oficial. Jeanne Marie-Gagnebin, em seu ensaio “O rastro e a cicatriz: metáforas da memória” (2009), assevera que:

Desde a *Ilíada*, o poeta tenta erguer um pequeno túmulo de palavras, orais e decoradas, depois escritas e recopiadas, em homenagem à glória dos heróis mortos. Jean Pierre Vernant (1989, p. 70-73) nos lembra que a palavra *sema* tem como significação originária a de “túmulo” e, só depois, a de “signo”. Pois o túmulo é signo dos mortos; túmulo, signo, palavra, escrita, todos lutam contra o esquecimento (GAGNEBIN, 2009, p. 112).

É nesse devir que o presente artigo tenta lançar notas e uma reflexão: a luta contra o esquecimento que foi imposto oficialmente e a elaboração de uma memória que liberte e

emancipe da alienação no laço social, sustentando o autoritarismo brasileiro. A poesia dos presos políticos, nesse sentido, constitui uma estela funerária na qual a memória dos que se foram em luta não seja apagada. Ginzburg, nesse sentido, argumenta que “a escrita do sobrevivente se vincula à memória daqueles que não sobreviveram” (GINZBURG, 2011, p. 22). Escrever, portanto, é também uma forma de dar túmulo aos mortos, para que não sejam esquecidos (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 55).

Nos primeiros versos de “Recostura”, Marcelo Mário de Melo põe em evidência esquecimento, a *desmemória*, como um problema social e político: “Muitos gigas / em desmemória / descosturam / o fio da história / des-contando / o acontecido” (MELO, 2019, p. 72). O poema, lembremos, é dedicado a Geraldo Menucci (*in memoriam*, 1929-2021), ex-combatente da ditadura militar, atuante do Movimento pela Cultura nos anos 60 – juntamente de Paulo Freire e Dom Helder Câmara – e exilado político na época do regime. O poeta equaciona a materialidade da memória também em relação aos avanços tecnológicos, acumulando “muitos gigas” (unidade de medida, em sistemas de informação, equivalente a 10⁹) – o que remete à sociedade na era da pós-verdade, das *fake news*, da *des-informação* e da *desmemória* como modalidades de esquecimento programado. Da anistia de 1979 aos dias de hoje, a história descostura-se, impedida de ser contada.

Eventos recentes no Brasil escancaram o que se pretende ocultar. O filme *Marighella*, do ator e diretor Wagner Moura, que retrata a vida do revolucionário Carlos Marighella durante sua luta armada contra a ditadura, teve sua estreia proibida em 2019 e o processo de financiamento adiado pela Ancine por mais de dois anos. No campo da memória, deve-se considerar a disputa de narrativas históricas sobre o passado, e, no caso da lei nº 6.683 de 1979, conhecida como Lei da Anistia, há por meio do Estado um abuso institucional de memória que configura também um abuso de esquecimento, o esquecimento comandado, entendido por Ricoeur como o manejo político-ideológico da memória e do esquecimento por detrás da anistia:

Os abusos de memória colocados sob o signo da memória obrigada, comandada, têm seu paralelo e seu complemento nos abusos de esquecimento? Sim, sob formas institucionais de esquecimento cuja fronteira com a amnésia é fácil de ultrapassar: trata-se principalmente da anistia e, de modo mais marginal, do direito de graça, também chamado de graça anistiantes. [...] Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais

dissimulada com um passado declarado proibido (RICOEUR, 2007, p. 459-460).

Os versos de Melo trazem a lume o esquecimento que configura uma alienação do povo brasileiro com a sua própria identidade e sua história diante de um Estado autoritário. “Romper o fio”, “tecer mal” o nosso “tecido social” (entende-se texto social tecido pelas mãos de quem produz esquecimento institucional) produz o “manto que encobre dor latente, dor exposta”: “Fio rompido / mal tecido / faz o manto / que encobre / dor latente / dor exposta” (MELO, 2019, p. 72).

O que o poema e a censura ao filme de Wagner Moura nos apontam é a autorização institucional de quem detém o poder de “narrar a história”, de “tecer o fio” do discurso (intercambiando as noções de texto e tecido), “costurar, contar”, isto é, “ligar os pontos” sobre o acontecido, que no caso do poema pode ser entendido como a anistia aos torturadores e o dever de se esquecer do trauma vivido por meio do perdão do Estado. Neste sentido, o poeta lega ao leitor a relação aos fatos do cotidiano na busca de estabelecer a união entre ética e estética para que haja significação no intuito de se apreender cognitivamente o objeto e para a compreensão textual, bem como a compreensão social. Por conseguinte, o autoritarismo brasileiro se sustenta por meio de discursos institucionais e de práticas abusivas do Estado, sendo necessária a produção de um contradiscurso e uma contranarrativa, como propõe Ricoeur:

Enquanto ativo, esse esquecimento acarreta o mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência, em todas as situações de não-agir, nas quais, posteriormente, uma consciência esclarecida e honesta reconhece que se devia e se podia saber ou pelo menos buscar saber, que se devia ou se podia intervir. Reencontra-se assim, no caminho da reconquista pelos agentes sociais do domínio de sua capacidade de fazer narrativa, todos os obstáculos ligados ao desabamento das formas de socorro que a memória de cada um pode encontrar nas dos outros enquanto capazes de autorizar, de ajudar a fazer a narrativa de modo ao mesmo tempo inteligível, aceitável e responsável (RICOEUR, 2007, p. 456).

Ricoeur chama a atenção para a ação ética da autonarração contra uma “ideologização da memória” (entendendo-se aqui o conceito de ideologia de Karl Marx, isto é, como um “manto” “bem” tecido que esconde a condição histórica), levando a uma narrativa possível diante da versão autoritária, que é a versão oficial:

Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até as das identidades

comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta celebrada, comemorada - da história oficial (RICOEUR, 2007, p. 455).

O que o Estado tenta, a todo tempo, é evitar o escancaramento da dor latente de quem foi vítima da ditadura militar enquanto testemunha *superstes* e também *testis* – isto é, tanto no relato da vítima quanto daquele que presenciou a barbárie como um terceiro, no sentido aludido por Seligmann-Silva (2003, p. 373-374) –, que foi o caso de Marcelo, o autor do poema, preso arbitrariamente e torturado pelos instrumentos de controle do Estado, presenciando também a violência contra seus companheiros, muitos deles levados à morte, ou mesmo aos que tiveram que aceitar o “desaparecimento” de seus filhos e os supostos “suicídios” em cela.

A memória e a simbolização do luto impedidas - o não-direito à memória como violência institucional

A palavra “manto” tem raiz no latim ibérico *mantus* e este do latim tardio *mantum*, que se refere a uma espécie de capa ou coberta, podendo ser curta ou longa. De acordo com o dicionário on-line *Michaelis*, a palavra manto carrega o significado figurado sobre algo que sofre de “ausência de luz”, que está sob uma “revestida escuridão”, isto é, o manto é um tecido que encobre algo por meio daquilo que se esconde nele. É nesse sentido que podemos falar dos abusos de nossa memória oficial brasileira (ou da nossa falta de memória original). O poeta de “Recostura” viabiliza, em seus versos, um retorno ao problema da *desmemória* que impede que o fio da história seja tecido, “costurado”, e esse esquecimento produz o manto que encobre a dor latente, a dor exposta.

Um evento recente no Brasil, mais especificamente no dia 11 de maio de 2022, chocou a população navegante das redes sociais ao circular por meio delas um vídeo em que policiais civis do Rio de Janeiro, na zona norte da cidade, na comunidade do Jacarezinho, destruíam um memorial de concreto erguido pela própria comunidade no dia 6 de maio de 2022 numa praça pública em homenagem às 28 pessoas mortas no dia 6 de maio de 2021 em uma das operações mais letais da história da cidade, nomeada “Exceptis”. O bloco de concreto pintado de azul com uma placa de metal continha os nomes das 28 vítimas do confronto entre policiais e traficantes do morro do Jacarezinho – inclusive o nome do policial André Leonardo de Mello Frias, que morreu na operação – e, segundo a 25ª Delegacia Policial de Engenho Novo e a Coordenadoria

de Recursos Especiais (CORE), o memorial era uma obra “ilegal” porque fazia “apologia ao tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro”.

Cabe aqui lembrar do que Sérgio Buarque de Holanda escreveu em *Raízes do Brasil* quando disse que “ainda somos uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1995, p. 31), isto é, rasura-se a noção de pertencimento, estabelecendo uma falta essencial, da terra à história, da memória à verdade. Desta forma, podemos dizer que, por meio do autoritarismo do Estado brasileiro, impede-se a população de realizar um trabalho de luto e simbolizá-lo para, conseqüentemente, contar a própria história. Nessa esteira lógica, Ricoeur recorre à psicanálise, mais especificamente aos postulados de Freud, para dizer que o impedimento do luto, do tratamento das feridas e do trauma inviabiliza a simbolização, no sentido de compreensão da perda do objeto e assim dar uma nova direção ao investimento psíquico:

É a constituição bipolar da identidade pessoal e da identidade comunitária que, em última instância, justifica estender a análise freudiana do luto ao traumatismo da identidade coletiva. Pode-se falar em traumatismos coletivos e em feridas da memória coletiva... [...] O que se deve evocar aqui é a relação fundamental da história com a violência. [...] Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde à execração, de outro. Assim se armazenam, nos arquivos de memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura. [...] Pode-se dar mais um passo e sugerir que é no plano da memória coletiva, talvez mais ainda do que da memória individual, que a consciência entre trabalho de luto e trabalho de lembrança adquire seu sentido pleno. O fato de se tratar de feridas do amor-próprio nacional justifica que se fale em objeto de amor perdido. É sempre com perdas que a memória ferida é obrigada a se confrontar. O que ela não sabe realizar é o trabalho que o teste de realidade lhe impõe: abandonar os investimentos pelos quais a libido continua vinculada ao objeto perdido, até que a perda seja definitivamente interiorizada (RICOEUR, 2007, p. 92-93).

Ricoeur recorre a Freud para falar do trabalho do luto, que é imprescindível para a realidade psíquica do sujeito, bem como, em analogia à história, é fundamental para a saúde coletiva de um país, de uma nação. Mas como simbolizar a perda do objeto, do “amor próprio nacional”, a “dor latente” a partir da exposição da ferida histórica? Impedidos de tratar o passado traumático, o brasileiro é impelido a viver sob a autoritária violência institucional, como aconteceu com os moradores da periferia do Jacarezinho e com militantes e presos ao longo dos anos de chumbo nas mãos do Estado, como se observa na obra de Marcelo Mário de Melo. O artista Wagner Schwartz, que performava seu espetáculo *La Bête (O Bicho)* no 35º Panorama de Arte Brasileira, realizado no Museu de Arte Moderna em São Paulo em 2017,

sofreu diversos ataques de extrema-direita do país e teve que se autoexilar do Brasil a partir deste mesmo ano, assim como o político de esquerda e ativista pelos direitos das minorias políticas Jean Wyllys, a filósofa e ativista feminista Marcia Tiburi e a antropóloga e feminista Débora Diniz. Todos eles produziam uma contranarrativa na direção das feridas e dos traumas históricos do país.

Se a história oficial não dá conta dos rastros subterrâneos por conta de uma “ideologização da memória”, referida por Ricoeur, é necessário então trabalhar o ressentimento a fim de que a perda do amor-próprio nacional não se torne objeto de manipulação da elite econômica, que usa os meios de comunicação de massa para administrar feridas, frustrações, mágoas e ressentimentos nacionais contra os interesses da própria população, ou como as palavras de Tiburi, produzindo um “nacionalismo invertido”, uma espécie de ódio do brasileiro ao seu próprio país, ao seu próprio povo. Tiburi fala do complexo de Colombo e do Complexo de vira-lata para interpretar filosoficamente essa relação dialética que parte da população brasileira acaba aderindo aos interesses da classe dominante:

A matriz subjetiva da colonização como incapacidade de reconhecer o semelhante no outro produz uma ação, a do cancelamento do outro como sujeito de direitos. Se é verdade que “o colonialismo cria o patriotismo dos colonizados”¹, no caso do Brasil, o complexo de vira-lata seria uma espécie de nacionalismo invertido, um ódio brasileiro ao próprio Brasil e ao seu povo. Nesse sentido, conseguimos entender por que no Brasil é fácil sentir-se estrangeiro na própria casa (TIBURI, 2021, p. 128).

A ferida aberta que não cessa a “dor latente”, a “dor exposta”, é usada metodologicamente por meio dos discursos manipuladores de afetos. Na última eleição presidencial, em 2018, na qual os brasileiros elegeram um candidato cujas ações evidenciam traços de violência e autoritarismo, foi muito utilizada a indignação da população enquanto sujeitos humilhados para angariar votos da classe média e dos pobres, enfim, da população brasileira tratada como massa eleitoreira. O que entra em jogo é exatamente as feridas históricas e as feridas, inclusive, pessoais, físicas e psíquicas. Isso que nos leva a pensar na compulsão à repetição freudiana, em que o indivíduo repete uma dinâmica psicológica de uma ação sofrida preteritamente e que, operacionalizada pelo psíquico toda vez que o trauma for acionado, age repetidamente no presente como se vivesse o passado aterrorizante. Uma vez que o sujeito recalcou ou não elaborou a lembrança ou a situação traumática, ele age inconscientemente diante de situação-problema sem consciência de que repete o passado. Ricoeur fala sobre a

compulsão à repetição histórica, ou da memória-repetição (ou da imagem-repetição) que nos impede de avançar:

O excesso de memória lembra muito a compulsão à repetição, a qual segundo Freud, nos leva a substituir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o passado, pela passagem ao ato: quantas violências no mundo valem como acting out “no lugar” da lembrança! (RICOEUR, 2007, p. 92).

O autor nos escreve que há uma memória permitida, autorizada, rememorada e celebrada porque a dominação não se dá somente pela força física, mas pelo discurso, pela retórica:

Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. [...] Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma “autorizada”, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente (RICOEUR, 2007, p. 98).

Marcelo Mário de Melo, em sua atuação poético-política, se empenha no esforço da *recostura* coletiva da história brasileira, em especial nos pontos em que o Estado se faz mais violento. O poeta põe em cena, na sua produção literária, rastros que são constantemente encobertos pelo *manto*. Para isso, recorre à sua própria história e à história dos militantes e das vítimas do autoritarismo. O livro *Adversos resistentes*, nesse sentido, se torna um novo tecido, *recosturado* com uma trama de nomes e vidas, seja na elaboração dos versos, seja nas muitas dedicatórias que se avolumam nas páginas: “A Mário Miranda de Albuquerque (CE), preso político de Pernambuco na ditadura de 1964” (de “O combate”), “A Anacleto Julião (PE), exilado político e combatente contra a ditadura de 1964” (de “Ser militante”), “A Iberé Batista (RN), combatente contra a ditadura de 1964 e preso político em Pernambuco” (de “Guerra e paz”), “A Dulce Pandolfi (PE), historiadora, combatente contra a ditadura de 1964 e presa política no Rio de Janeiro” (de “Postura”), “A Rui Alencar (PE), bancário, sindicalista, e preso político durante a ditadura de 1964” (de “Testemunho após as grades”), etc. O livro totaliza uma quantidade de setenta e três dedicatórias, quase que integralmente atribuídas a pessoas ligadas à resistência contra a ditadura militar, vinculadas a noventa e um poemas, ou seja, os muitos nomes mencionados tecem uma trama de histórias que contribuem para a costura do livro. A própria organização da obra divide-se em três seções, como maneiras de organizar os

fiOS do tecido histórico: “Fios e desafios”, “O fio da história” e “Desembaraçando os fios”. Nessa direção, o poeta realiza um movimento de diálogo que une os fios da história, como se observa em “Conversando com as novas gerações” (2019, p. 56-57), dedicado aos próprios filhos, Uyatan, Antônio, Guilherme, Lara e Mateus:

CONVERSANDO COM AS NOVAS GERAÇÕES

Tentamos inflamar os ares
 iluminar as ruas
 libertar o canto
 repartir o pão

Mas temos muito pouco
 a ensinar
 pois fomos derrotados
 traçamos desleituraS
 e o que de bom fizemos
 lá atrás
 não se repete mais.

Fomos ousados no combate sim
 o que não é privilégio ou exceção
 pois em qualquer tempo da história
 sempre há quem regue a resistência.

Combatentes
 mortos e sobreviventes
 e não
 modelos impecáveis
 em algum tempo
 seremos puro pó
 relatos em livros pouco lidos
 ou peças de arquivo
 em deslembança.

Dos nossos erros
 o maior
 foi travar uma guerra
 de planta sem raiz
 passando o comandante
 sem a tropa
 a franco-atirador
 sob o olhar
 da multidão alheia.

E quanto a essa questão
 de geração
 no antigamente de ontem
 nós fomos vocês
 e vocês poderão ser
 nós agora
 no antigamente de amanhã.

Nos novos tempos
 tudo é muito diferente
 e tudo tão igual
 a antigamente!

Velhas mazelas
 velhos anseios
 velhas classes
 domin/antes
 e depois
 regendo
 a vida.

A terra
 o teto
 a renda
 a farda
 a mídia
 o culto
 a trama
 o eufemismo
 o simulacro
 o descompasso
 o descaminho.

Os desafios renitentes
 exigem nossos olhos
 nas estrelas
 os pés na terra
 e cordas grossas
 costurando as teias;

Ante as mazelas
 e os solhos paralelos
 vamos em frente
 companheiros
 de jornadas
 novos e velhos
 combatentes
 de mãos dadas.

Em “Conversando com as novas gerações”, Marcelo Mário de Melo parece realizar um balanço da militância política do passado em relação ao presente, estendendo metonimicamente o diálogo a todos os que se impõem como resistência ao autoritarismo. Assim, o poeta alerta para a continuidade de “velhas mazelas / velhos anseios / velhas classes / domin/antes / e depois / regendo / a vida” no presente, em especial pela relação que o livro estabelece com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Contudo, é necessário que as novas gerações também se atentem

para o “antigamente de amanhã”, sinalizando uma tensão entre passado, presente e futuro nos fios da história. Percebe-se, então, que a Lei de Anistia de 1979, como um *esquecimento comandado*, nos termos de Ricoeur – que contribuiu para a percepção de uma certa derrota da militância contra a ditadura aludida no poema, uma vez que impediu que crimes imprescritíveis praticados pelos militares fossem julgados –, conservou no poder, mesmo após o fim da ditadura em 1985, estruturas e agentes do autoritarismo, como argumenta Renato Lemos em “Anistia e crise política no Brasil pós-1964” (2002).

Em 2021, o professor e poeta Alberto Pucheu publicou uma antologia de poemas cujos autores foram presos políticos durante a ditadura militar brasileira, incluído entre eles Marcelo Mário de Melo com “Quem o fará?”. Além de Melo, constam na obra os poetas Pedro Tierra, Wilma Ary, Ferreira Gullar, Carlos Marighella, Luiz Eurico Tejera Lisbôa, Loreta Valadares, Maria Celeste Vidal, Rosalindo Sousa, Libério de Campos, Stênio Freitas, Eduardo Alves da Costa, Álvaro Alves de Faria, Thiago de Mello, Lara de Lemos, Alex Polari, Paulo César Fonteles de Lima, Gilney Viana, Nicolas Behr, Flávio Tavares, Jacinta Passos, Moacyr Félix, Jaime Wallwitz Cardoso, Alípio Freire e Oswald Barroso. O resultado desse trabalho contribui para um importante movimento, na literatura brasileira contemporânea, de retomar o debate sobre “um espectro que ronda o Brasil”, como assinala o subtítulo de *Poemas para exumar a história viva*, colocando em evidência eventos políticos como o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, via golpe parlamentar, e a eleição de Jair Bolsonaro, cujos esforços, segundo Pucheu, almejavam “levar o futuro para o passado” (2021, p. 8).

Pucheu ainda chama a atenção para o fato de que a produção poética relativa à ditadura militar brasileira “foi e segue sendo recalcada inclusive pela história recente da crítica de poesia” (2021, p. 9):

Guardar essa memória, e com ela a fratura existente, é garantir uma impossibilidade de reconciliação de nosso passado com ele mesmo, de nosso presente com nosso passado e de nosso presente com nosso próprio tempo. Assumir o legado dessa fratura do passado nos torna aptos a lidar com as fraturas de nosso tempo sem tantas contemporizações e acomodações ao mal que nos foi e segue nos sendo feito (PUCHEU, 2021, p. 9).

O poema “Recostura”, de Marcelo Mário de Melo, e os demais poetas que passaram pela experiência do cárcere durante a ditadura militar configuram um arsenal poético-político para se combater, no plano do contradiscurso, da contranarrativa, o autoritarismo institucional ainda tão vigente em nosso país, uma vez que permanecem na sociedade brasileira “muitos

gigas / em desmemória”. Essa produção literária compõe um corpo esquecido e torturado pelo poder na tessitura textual da história, da sociedade e do imaginário social que se quer exumado, ressuscitado, reavivado pela luz da ética em união com a politização da estética. Uma nova produção imagética e uma elaboração do nosso passado pode confluir com as novas narrativas que estão sendo compostas por artistas, intelectuais, políticos de esquerda e movimentos sociais em todo o Brasil.

Considerações finais

Ricoeur fala de excesso de memória se referindo à memória oficial, autorizada, que comete abusos contra a história coletiva. Nesse sentido, uma certa memória é permitida e comemorada, celebrada contra a identidade do próprio povo. Nos últimos versos do poema “Recostura”, Melo escreve “Resta então / rasgar o manto / E refazer a costura”. Entendendo manto enquanto ideologia que encobre a verdade, enquanto memória impedida pelo poder oficial, cabe aos excluídos, aos silenciados, então, resistir e continuar produzindo, sob toda as formas de censura e repressão, discursos antiautoritários. Nesse sentido, a literatura de testemunho tem legado à sociedade um gesto fundamental de retomada de vozes silenciadas na história brasileira por meio da violência de Estado, assumindo que “aos excluídos cabe falar, e, além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo” (GINZBURG, 2011, p. 28). O testemunho, no entanto, não se cessa em sua inscrição no tempo, seja em 1964, 1968, 1979, 1985, 2016 ou 2018. A conservação e a transmissão do testemunho tocam nesse movimento periódico de costura, descostura e recostura. A produção poética elaborada por presos políticos e militantes contra a ditadura militar brasileira toca no problema da memória em relação à violência de Estado e, ao mesmo tempo, demarca um importante e necessário espaço na historiografia da literatura brasileira em direção aos discursos de presos, torturados, exilados e mortos na luta contra o autoritarismo.

Referências

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *In*: SALGUEIRO, Wilberth. **O testemunho na literatura**: representações de genocídios, ditaduras e outras violências. Vitória: EDUFES, 2011. p. 19-29.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: 26. ed., Companhia das Letras, 1995.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 287-313.

LOPES, Leo; FIGUEIREDO, Carolina; CARVALHO, Bruna. Polícia destrói memorial feito para vítimas de operação que matou 28 pessoas no Rio. **CNN Brasil**, São Paulo e Rio de Janeiro. 12 de maio de 2022. Nacional. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-destroi-memorial-feito-para-vitimas-de-operacao-que-matou-28-pessoas-no-rio/>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

MELO, Marcelo Mário de. **Adversos resistentes**. Recife: MMM Produtos Culturais, 2019.

MELO, Marcelo Mário de. **Os colares e as contas**: poemas políticos. Recife: Caleidoscópio, 2021.

PUCHEU, Alberto (Org.). **Poemas para exumar a história viva**: um espectro ronda o Brasil. São Paulo: Editora Cult, 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 371-385.

TIBURI, Marcia. **Complexo de vira-lata**: análise da humilhação brasileira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2021.